



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS EDUCAÇÃO E
ADMINISTRAÇÃO

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO
ESPECIAL: DOMÍNIO COGNITIVO E MOTOR

A intervenção da Educação Musical e a inclusão de crianças com atraso global do desenvolvimento

Dissertação apresentada a provas públicas para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação: Educação Especial: Domínio Cognitivo e motor, na Universidade Lusófona, Centro Universitário de Lisboa, orientada por Prof^ª. Doutora Margarida Maria Sales Henriques Belchior.

Margarida Barata Vicente Fernandes Lopes - a22207247

Lisboa, 2025

www.ulusofona.pt



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS EDUCAÇÃO E
ADMINISTRAÇÃO

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO
ESPECIAL: DOMÍNIO COGNITIVO E MOTOR

A intervenção da Educação Musical e a inclusão de crianças com atraso global do desenvolvimento

Versão Final

Dissertação de Mestrado apresentada a provas públicas na Universidade Lusófona, Centro Universitário de Lisboa no dia 31 de março de 2025, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação do Júri nº 86/2025 de 05 de fevereiro de 2025.

Presidente: Prof.^a Doutora Maria Odete Emygdio da Silva;

Arguente: Prof. Doutor Óscar Conceição de Sousa;

Orientadora: Prof.^a Doutora Margarida Maria Sales Henriques Belchior

Margarida Barata Vicente Fernandes Lopes – a22207247

Lisboa, 2025

Resumo:

A inclusão de alunos com problemáticas do desenvolvimento tem sido debatida numa panóplia de contextos e a escola é o melhor local para promover a inclusão dessas crianças, tanto a nível social como educativo.

Atualmente faço parte de um projeto que se destina a crianças, jovens e adultos com deficiência, criado por um conservatório de música na zona norte da periferia da Grande Lisboa que tem desenvolvido inúmeros realizações de intervenção social utilizando a arte com fim educativo, artístico, terapêutico e social, de forma a chegar a diversos públicos-alvo.

Este estudo prende-se com a possibilidade de inquirir sobre o contributo da Educação Musical para promover a Educação Inclusiva de crianças com atraso global do desenvolvimento na Educação Pré-escolar.

Palavras-chave:

Educação Musical; Educação Inclusiva; Alunos com problemáticas de desenvolvimento; Educação Pré-escolar.

Abstract:

The inclusion of students with developmental problems has been debated in a wide range of contexts and the school is the best place to promote the inclusion of these children, both socially and educationally.

I'm currently part of a project which aims children, young people and adults with disabilities, created by a music school (conservatory) in the northern suburbs of Great Lisbon, which has developed numerous social intervention projects using art for educational, artistic, therapeutic and social purposes, to reach different target audiences.

This study is concerned with the possibility of investigating the contribution of Music Education to promoting the educational inclusion of children with global developmental delay in early childhood education.

Keywords:

Music education; Educational inclusion; Students with developmental problems; Early Childhood Education.

Lista de abreviaturas:

AGD – Atraso Global do Desenvolvimento

CAA – Centro de Apoio à Aprendizagem

CDPD – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

DGE – Direção-Geral da Educação

DDC – Declaração dos Direitos da Criança

DSM-5 – Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, 5ª Edição

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

NEE – Necessidades Educativas Especiais

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

OCEPE – Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar

TDAH – Transtorno do Défice de Atenção com Hiperatividade

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WHO – World Health Organization (Organização Mundial da Saúde)

Profª Ed. E. – Professora de Educação Especial

Ed. E. R. – Educadora Ensino Regular

Que a música pertença a todos.

Zoltán Kodaly

Índice:

Resumo:	2
Abstract:	4
Lista De Abreviaturas:	5
Introdução:	10
1. Problemática Do Estudo	13
1.1 QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO:	13
1.2 OBJETIVO GERAL:	13
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	13
2. Enquadramento Teórico	15
2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O ATUAL PARADIGMA DE EDUCAÇÃO	15
2.2 DOCUMENTOS INTERNACIONAIS ORIENTADORES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	17
2.3 ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM PORTUGAL	27
2.4 ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (2016)	30
2.5 EXPRESSÕES ARTÍSTICAS NAS OCEPE	31
2.6 ATRASO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO	34
2.7 A INTERVENÇÃO DA EDUCAÇÃO MUSICAL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	36
3. Metodologia	40
3.1 INTRODUÇÃO:	40
3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO	41
3.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS:	41
3.4 A ANÁLISE DE DADOS	42
3.5 A INTERVENÇÃO DE EDUCAÇÃO MUSICAL PARA CRIANÇAS COM ATRASO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO	43
4. Apresentação E Discussão Dos Resultados	46
Conclusões	50

Referências Bibliográficas:..... 55

Anexos: 58

INTRODUÇÃO:

Iniciei os meus estudos musicais em 2005 na Escola de Música da Associação Recreativa e Musical 1º Maio do Catujal. Desde cedo, a música foi uma paixão que moldou o meu caminho. Em 2008, ingressei num conservatório de música, onde permaneci a estudar trompete até concluir o 8º grau no ano letivo 2014/2015. Durante este período, participei no concurso Jovens Músicos, tive a honra de participar também na 1ª, 3ª e 4ª edição do Festival Internacional de Metais.

No conservatório, foram as experiências em projetos comunitários que se tornaram fundamentais para o meu crescimento, tanto pessoal quanto profissional, contudo, só após a licenciatura, através Escola das Artes da Universidade de Évora no ramo de interpretação em trompete é que percebi que uma das minhas maiores realizações eram projetos com crianças com problemáticas do desenvolvimento.

No conservatório onde iniciei os estudos, entro num projeto que tem por base a educação musical para crianças, jovens e adultos portadores de deficiência. Criado em 2007 numa unidade de multideficiência, o projeto atualmente opera em todos os centros de apoio à aprendizagem num Concelho da zona norte da periferia da grande lisboa. Desde o início, o objetivo foi claro: usar a música como ferramenta de inclusão social e educativa.

Quando iniciei este projeto deparei-me com muitas dificuldades, mas a verdade é que a música está ligada no nosso dia-a-dia e, muitas vezes, não pensamos no seu significado e importância. Ela é essencial e especial para todos nós, uma arte que vai além de todas as outras, a arquitetura dos sons, capaz de agir simultaneamente sobre o espírito e os sentidos. Para estas crianças, a música não é diferente. Por vezes, são 30 a 45 minutos de pura alegria, com uma ou várias músicas, com instrumentos ou tantas outras possibilidades.

A Arte Inclusiva desempenha um papel crucial na mudança de atitudes sociais em relação à diferença. É o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir pessoas com necessidades especiais nos seus sistemas sociais, enquanto estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A música, como arte, desenvolve a mente, promove a comunicação e a criação, Paulos (2011) afirma na sua tese que a deficiência não deve ser um obstáculo a este processo, pois, respeitando e adaptando as diferenças às capacidades, é possível obter

ótimos resultados na reabilitação e educação. A música conecta-nos, promove uma ligação sem ver as diferenças, através de adaptações individuais, levando-nos à inclusão e reeducação.

A música é uma forma de comunicação poderosa, capaz de motivar os alunos à aprendizagem, à entreaajuda e à cooperação.

Este projeto utiliza a essência da arte. Nós, que trabalhamos neste projeto, temos a vontade de dar o nosso melhor. Temos uma planificação, uma metodologia e procuramos sempre proporcionar atividades prazerosas. Somos músicos tentando proporcionar o melhor. O projeto é baseado numa planificação adaptada, adicionando atividades conforme o gosto de cada um. São elaboradas atividades com instrumentos musicais, criamos diferentes fontes sonoras, adaptações de jogos rítmicos e promoção uma cultura musical.

Este projeto é muito pessoal para mim, pois nunca me vi tão envolvida na vontade de proporcionar o melhor ao outro. Há dificuldades em alcançar todas as crianças, e apesar do esforço contínuo, nem sempre o objetivo é cumprido. É um projeto desafiador, mas de um prazer enorme. Cada sorriso ao chegar à sala é uma alegria imensa.

Como professora de Educação Musical, reconheço a importância desta disciplina para o desenvolvimento harmonioso das crianças, especialmente no Jardim de Infância, onde muitas vezes se verificam atrasos globais do desenvolvimento. Contudo, é fundamental compreender como a Educação Musical pode ser utilizada como uma ferramenta eficaz para promover a Educação Inclusiva destas crianças. Esta reflexão fundamenta a problemática deste estudo: Qual é o contributo da Educação Musical para promover a Educação Inclusiva de crianças com atrasos globais do desenvolvimento?

Deste modo, o objetivo geral deste estudo é compreender e refletir sobre a importância da Educação Musical para promover a Educação Inclusiva de crianças com atraso global do desenvolvimento, segundo a perspectiva de docentes do ensino regular e de educação especial. Para tal, este estudo qualitativo adota a metodologia de estudo de caso, com recurso a entrevistas, para explorar as relações entre a música e os processos inclusivos.

O impacto deste estudo pode ser relevante em diversas dimensões: contribuir para a valorização da Educação Musical como ferramenta inclusiva, fomentar práticas pedagógicas adaptadas e proporcionar uma reflexão sobre o papel dos professores na inclusão de crianças com necessidades especiais.

1. PROBLEMÁTICA DO ESTUDO

Sabendo, como professora de Educação Musical, a importância desta disciplina para o desenvolvimento harmonioso das crianças em idade de Educação Pré-Escolar, em particular quando existem atrasos do desenvolvimento, é relevante perceber qual o contributo da Educação Musical para promover a inclusão social e educativa destas mesmas crianças.

1.1 Questão de investigação:

Qual o contributo da Educação Musical para promover a Educação Inclusiva de crianças com atraso global do desenvolvimento em idade da Educação Pré-Escolar, segundo a perspetiva das educadoras de infância do ensino regular e de educação especial?

1.2 Objetivo geral:

Compreender e refletir sobre a importância da Educação Musical para promover a Educação Inclusiva de crianças com atraso global do desenvolvimento, segundo a perspetiva de docentes do ensino regular e de educação especial.

1.3 Objetivos específicos:

Compreender o impacto da Educação Musical no Desenvolvimento Global de crianças em idade pré-escolar:

1. Identificar a perspetiva das educadoras de infância sobre a inclusão de crianças com atraso global do desenvolvimento no ensino regular.

2. Perceber a importância que os docentes atribuem à Educação Musical, ou seja, como entendem a educação musical ministrada na educação infantil e a relação desta com a educação inclusiva.
- [3.](#) Reconhecer tipos de vantagens da intervenção do docente de educação musical com crianças com atraso global do desenvolvimento identifica no centro de apoio à aprendizagem e em contexto da turma.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Educação Inclusiva: o atual paradigma de educação

A educação inclusiva é um movimento que tem vindo a ganhar força nas últimas décadas, sendo cada vez mais reconhecida como a forma mais eficaz de garantir o sucesso educativo de todos os alunos, independentemente das suas características ou necessidades individuais, determinando a ideia de que a escola deve ser um espaço de todos, onde todos os alunos tenham o direito e a oportunidade de aprender e de se desenvolverem plenamente. Para isso, é necessário que a escola se organize de forma a responder à diversidade das necessidades dos alunos, a fim de proporcionar-lhes um ensino de qualidade para todos.

A educação inclusiva implica, portanto, uma mudança no paradigma da educação, passando do pressuposto de que os alunos se devem adaptar às suas exigências da escola, para a ideia de que a escola se deve adaptar às necessidades dos alunos, superando as barreiras à educação, que muitas vezes são impostas a alunos com deficiências, necessidades especiais, problemas comportamentais, questões socioeconómicas ou linguísticas, por exemplo. O objetivo é criar um ambiente de aprendizagem que seja acolhedor e respeitoso da diversidade, onde cada aluno possa aprender e crescer de acordo com suas próprias habilidades e necessidades.

Este paradigma está em evolução constante, promovendo a ideia de que todos os alunos têm o potencial de aprender e que a diversidade é uma oportunidade para enriquecer a experiência educativa e a sociedade como um todo. A Educação Inclusiva é um paradigma em constante desenvolvimento e é uma área importante de pesquisa e prática educativa.

Segundo Carvalho (2019),

A lei da educação inclusiva não pode ser vista como uma lei fechada, estática, prescritiva. É, antes de mais, a garantia de direitos e de

princípios. O direito a uma educação de qualidade, onde todos aprendem e participam. E para que todos aprendam não basta ir à escola. É preciso que a escola se organize para que isso aconteça.

A Educação em Portugal é regulada por um conjunto de leis e normas que definem os princípios, objetivos e competências dos diversos intervenientes no sistema educativo. A Constituição da República Portuguesa estabelece que a Educação é um direito universal e um dever do Estado, cabendo-lhe promover a democratização da educação e garantir a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho,

estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa (n.º 1 do artigo 1º).

O presente decreto-lei, não pretende ignorar o caminho indiscutível, em matéria de inclusão, que nas últimas décadas Portugal tem vindo a percorrer, mas obriga, todavia, a reequacionar o papel da escola, o modo com esta vê os alunos e como se organiza para responder a todos eles.

A sua característica mais marcante está na descompartimentação da escola e do processo de ensino e de aprendizagem. Abandona uma conceção restrita de “medidas de apoio para alunos com necessidades educativas especiais” e assume uma visão mais ampla, implicando que se pense a escola como um todo, contemplando a multiplicidade das suas dimensões e a interação entre as mesmas.

A educação inclusiva é um movimento que tem o potencial de transformar a educação, tornando-a mais justa e inclusiva para todos os alunos, a sua implementação requer um esforço concertado de todos os intervenientes no processo educativo, mas os benefícios da educação inclusiva são inegáveis.

2.2 Documentos Internacionais Orientadores da Educação Inclusiva

Os Documentos Internacionais Orientadores da Inclusão são um conjunto de instrumentos jurídicos e normativos que estabelecem os princípios do direito à educação inclusiva para todas as pessoas, independentemente das suas características pessoais ou socioeconômicas. Estes documentos foram elaborados por organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e o Conselho da Europa, de modo a refletir a evolução das concepções sobre a educação e a deficiência, e têm sido fundamentais para o avanço da inclusão educativa em todo o mundo.

Os principais documentos são:

- Declaração Universal sobre os Direitos Humanos (1948)
- Declaração dos Direitos das Crianças (1959)
- Conferência Mundial sobre NEE: Acesso e qualidade (UNESCO, 1994) - Salamanca.
- Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento social (1995) - Copenhaga
- Tratado de Amesterdão (1997)
- Fórum mundial de Educação (2000) – Dakar
- Convenção dos Direitos das Pessoas com deficiência - 2006
- Declaração de Lisboa - 2007
- Relatório Mundial sobre a Deficiência (2011) - Salamanca
- Declaração de Lisboa sobre Equidade Educativa – 2015
- Declaração de Incheon (2015) - Coreia do Sul
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015)
- Fórum Internacional sobre Inclusão e Equidade na Educação - Todo o Aluno Importa (2019) - Cali, Colômbia
- Reimaginar os nossos futuros juntos - um novo contrato social para a Educação (2021)

Os Documentos Internacionais Orientadores da Inclusão são instrumentos importantes para a promoção da Educação Inclusiva, fornecendo um quadro de referência para a elaboração de políticas e práticas inclusivas, e podem contribuir para a mudança de atitudes e comportamentos em relação à educação de pessoas com deficiência.

Ainda há um longo caminho a percorrer para a plena implementação da inclusão na educação, mas os Documentos Internacionais Orientadores da Inclusão fornecem um marco importante para esse avanço.

Declaração Universal sobre os Direitos Humanos (1948). A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 10 de dezembro de 1948, é um marco fundamental na história da humanidade. Este documento estabelece os direitos e liberdades básicas de todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, idioma, religião ou qualquer outra condição. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi complementada por diversos outros documentos internacionais que reforçam o direito à educação inclusiva, como a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2006).

No contexto da educação inclusiva, a Declaração Universal dos Direitos Humanos assume um papel crucial ao afirmar o direito universal à educação e à igualdade de oportunidades para todas as pessoas. A implementação da educação inclusiva exige um compromisso de todos os setores da sociedade, incluindo governos, instituições educativas, pais e comunidades. É importante controlar e avaliar o progresso na implementação da educação inclusiva para garantir que todos os direitos sejam respeitados.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos abrange vários princípios que sustentam a educação inclusiva. "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, possuem razão e consciência e devem agir fraternalmente uns com os outros" (Declaração Universal dos Direitos Humanos [DUDH], 1948, Artigo 1.º). Ninguém deve

sofrer discriminação por qualquer motivo, como raça, cor, sexo, idioma, religião, nacionalidade ou outra condição social, conforme estabelecido na DUDH (1948, Artigo 2.º). "Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal" (DUDH, 1948, Artigo 3.º). "Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, incluindo a liberdade de mudar de religião ou crença, bem como a liberdade de expressá-las, individual ou coletivamente, em público ou em privado" (DUDH, 1948, Artigo 18.º).

Todos têm direito a uma ordem social e internacional onde os direitos e liberdades desta Declaração possam ser plenamente realizados como vemos no artigo 26, "todos têm direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito" (DUDH, 1948, Artigo 26.º).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento fundamental para a defesa da educação inclusiva. Estes seus princípios orientam os esforços para garantir que todas as pessoas tenham acesso à educação de qualidade e possam desenvolver seu potencial completo em uma sociedade justa e equitativa.

Declaração dos Direitos das Crianças (1959). A Declaração dos Direitos da Criança (DDC), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 20 de novembro de 1959, é um marco histórico na luta pelos direitos das crianças. Este documento reconhece os direitos fundamentais de todas as crianças, independentemente de raça, sexo, religião, nacionalidade ou qualquer outra condição. No contexto da educação inclusiva, a Declaração dos Direitos da Criança assume um papel crucial ao afirmar o direito universal à educação de qualidade para todas as crianças.

A criança tem direito a uma educação gratuita e obrigatória, pelo menos nos níveis básicos. A educação deve promover a sua cultura e permitir, em igualdade de oportunidades, o desenvolvimento das suas habilidades mentais, o seu senso de responsabilidade moral e

social, tornando-a um membro útil da sociedade. O melhor interesse da criança deve ser o princípio orientador para aqueles que têm a responsabilidade por sua educação e orientação, sendo essa responsabilidade, em primeiro lugar, dos pais. A criança deve ter plena oportunidade para brincar e participar de atividades recreativas, que devem estar alinhadas com os objetivos educativos; a sociedade e as autoridades públicas devem esforçar-se para garantir esses direitos.

Deste modo há implicações para a Educação Inclusiva, sendo que a Declaração dos Direitos da Criança impõe a obrigação de:

- Assegurar o direito à educação de todas as crianças, sem qualquer tipo de discriminação.
- Oferecer educação de qualidade que atenda às necessidades individuais de cada criança.
- Promover a inclusão de todas as crianças no sistema educativo, independentemente de suas características ou origens.
- Criar um ambiente educativo seguro, acolhedor e inclusivo para todas as crianças.

A Declaração dos Direitos da Criança é um documento fundamental para a defesa da educação inclusiva. Os seus princípios orientam os esforços para garantir que todas as crianças tenham acesso à educação de qualidade e que possam desenvolver o seu pleno potencial numa sociedade justa e inclusiva. A implementação da educação inclusiva exige um compromisso de todos os setores da sociedade, incluindo governos, instituições educativas, pais e comunidades, sendo importante acompanhar e avaliar o progresso na implementação da educação inclusiva para garantir que os direitos das crianças sejam respeitados.

Declaração de Salamanca (1994). Da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais resulta a Declaração de Salamanca (1994), um documento com um marco global importante para assegurar os direitos das pessoas com necessidades educativas especiais no

campo da educação inclusiva que destaca princípios fundamentais que visam promover uma educação acessível a todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências.

A Declaração de Salamanca reforça a importância da inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, reconhecendo a diversidade como um elemento enriquecedor para o ambiente educativo. Desta forma, a abordagem inclusiva procura superar barreiras físicas e pedagógicas, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizagem e participação.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprendem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. As escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículo adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de cooperação com as respetivas comunidades.

Adotando uma perspectiva centrada no aluno, a Declaração de Salamanca enfatiza a necessidade de adaptações e apoios adequados, de modo a assegurar que cada estudante possa atingir seu pleno potencial. Além disso, destaca a importância da colaboração entre educadores, famílias e comunidades para promover uma cultura inclusiva e apoiar o desenvolvimento integral dos alunos. A implementação efetiva dos princípios delineados na Declaração de Salamanca requer um compromisso contínuo com a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade. A Declaração de Salamanca teve um impacto significativo na educação inclusiva em todo o mundo, servindo este documento como uma base para políticas educativas que procuram construir sociedades mais inclusivas, reconhecendo a educação como um direito fundamental de todos os indivíduos, tornando-se um documento importante que continua a ser relevante na atualidade de modo a fornecer orientação para a criação de sistemas educativos inclusivos que possam atender às necessidades de todas as crianças.

A Convenção dos Direitos das Pessoas com deficiência. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 13 de dezembro de 2006 e entrou em vigor a 13 de maio de 2008. Atualmente, agrega 164 países, incluindo Portugal que se juntou em 2009.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência representa um marco histórico na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, tendo um impacto significativo em todo o mundo através do reconhecimento dos direitos, a Convenção reconhece e protege os direitos e liberdades fundamentais de todas as pessoas com deficiência, em todos os aspetos da vida. Combate a discriminação proibindo a discriminação contra pessoas com deficiência em todas as suas formas, promove a plena e igual participação das pessoas com deficiência em todos os setores da sociedade, incluindo a educação, saúde, trabalho e vida comunitária, e por fim, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência contribuiu para uma mudança de paradigma na forma como as pessoas com deficiência são vistas, passando de objetos de caridade para sujeitos de direitos.

Em Portugal, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência teve um impacto positivo na vida das pessoas com deficiência, impulsionando diversas mudanças, como por exemplo:

- A legislação, que assegura a igualdade de oportunidades no acesso e fruição dos bens culturais.
- As políticas públicas como a Estratégia Nacional para a Deficiência.
- A acessibilidade física e comunitária tem sido cada vez mais considerada em infraestruturas, serviços e produtos.
- Participação social de pessoas com deficiência na vida social e política tem aumentado.

Apesar dos avanços, ainda há desafios a serem superados como as barreiras à inclusão: sociais e físicas continuam a limitar a participação plena das pessoas com deficiência, a falta de implementação dos direitos ainda é um desafio em alguns setores e a discriminação contra pessoas com deficiência ainda persiste.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência continua a ser um instrumento fundamental para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência em todo o mundo. É necessário um compromisso contínuo com a sua implementação e com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

A Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é um plano de ação global adotado por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015. Definindo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem alcançados até 2030, de modo a promover o progresso social e económico, combater as alterações climáticas e garantir a justiça e a paz para todos.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável visam erradicar a pobreza, acabar com a fome, assegurar saúde e bem-estar para todos, e garantir educação inclusiva e de qualidade. Também procuram promover a igualdade de género, garantir a gestão sustentável da água e saneamento, e assegurar o acesso a energia moderna e sustentável. Além disso, enfatizam o crescimento económico inclusivo, a construção de infraestruturas resilientes, a redução das desigualdades e a criação de cidades sustentáveis. Promovem padrões de consumo e produção sustentáveis, combatem as alterações climáticas, preservam os oceanos e ecossistemas terrestres, e incentivam sociedades pacíficas e inclusivas com acesso à justiça. Finalmente, fortalecem os meios de implementação e revitalizam a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.

A Agenda 2030 é um marco histórico que representa um compromisso global para um futuro mais sustentável e justo para todos. Reconhecendo a interdependência das questões sociais, económicas e ambientais e a necessidade de uma abordagem holística para o desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 é um desafio ambicioso, mas todos juntos contribuímos para um futuro melhor para todos.

Declaração de Incheon (2015). A Declaração de Incheon, que foi aprovada a 21 de maio de 2015 no Fórum Mundial de Educação (FME 2015) ocorrido em Incheon, na Coreia do Sul. A Declaração de Incheon constitui o compromisso da comunidade educativa com a Educação 2030 e a Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 e, assim, reconhece o importante papel da educação como principal motor do desenvolvimento, sendo a educação é um direito humano fundamental e um motor do desenvolvimento sustentável.

A Declaração de Incheon é baseada em quatro pilares: educação de qualidade, relevante para as necessidades dos alunos e capacitando-os a tornarem-se cidadãos globais informados e responsáveis. A Educação inclusiva e equitativa, garante que todos os alunos, independentemente de seu contexto, género, deficiência, idioma, etnia ou status socioeconómico, tenham oportunidades iguais de aprender e ter sucesso. Como terceiro pilar, assenta a equidade na educação onde há necessidade de se abordar as desigualdades existentes e promover a equidade no acesso, participação e resultados, sendo necessário garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de atingir o seu pleno potencial e contribuir para a sociedade. Por último, a educação ao longo da vida, reconhecendo que a aprendizagem é um processo contínuo que começa na primeira infância e continua por toda a vida. Deve proporcionar oportunidades de aprendizagem contínua, atualização e requalificação.

A Declaração de Incheon estabelece também uma série de compromissos para alcançar a educação inclusiva e equitativa para todos: acesso universal de modo a garantir que todas as crianças, jovens e adultos tenham acesso a educação pré-escolar de qualidade, educação primária e secundária, oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, resultados de aprendizagem para todos os alunos, com foco na alfabetização e habilidades essenciais para a vida, o trabalho e o desenvolvimento sustentável, necessidade de professores para fortalecer a capacidade dos professores e, desse modo, garantir que eles tenham as habilidades, conhecimentos e apoio necessários para fornecer educação de qualidade a todos os alunos. Dados e evidências, permitindo colher, analisar e utilizar dados para monitorizar o progresso na conquista dos objetivos educativos, informar a tomada de decisão, garantindo

também uma parceria global de modo a promover a cooperação internacional e parcerias para apoiar o desenvolvimento educativo e promover a educação para todos.

A Declaração de Incheon é um documento importante que fornece orientação para a reforma educativa e garante que a educação contribua para um futuro mais equitativo, justo e sustentável para todos.

Fórum Internacional sobre Inclusão e Equidade na Educação – Todo o aluno importa (Cali, 2019). O Fórum Internacional sobre Inclusão e Equidade na Educação – Todo o aluno importa, realizado em Cali, Colômbia, em 2019, foi um evento de grande importância para a promoção da educação inclusiva e equitativa em todo o mundo. O Fórum Internacional sobre Inclusão e Equidade na Educação incluiu representantes de governos, organizações internacionais, instituições de ensino e sociedade civil.

O Fórum Internacional sobre Inclusão e Equidade na Educação teve como objetivo principal discutir os desafios e oportunidades para a inclusão e a equidade na educação. Os participantes abordaram uma ampla gama de temas, incluindo os direitos de todos os alunos à educação de qualidade, independentemente de sua origem, gênero, deficiência, idioma, etnia ou status socioeconômico; as barreiras que impedem o acesso e a participação equitativa na educação; as políticas e práticas que podem promover a inclusão e a equidade na educação; o papel da cooperação internacional para a promoção da inclusão e da equidade na educação, resultando numa série de recomendações para a promoção da inclusão e da equidade na educação. recomendações essas que incluíram o fortalecimento da liderança política e da vontade política para a inclusão e a equidade na educação; o investimento em políticas e práticas que promovam a inclusão e a equidade na educação; a recolha e análise de dados para monitorar o progresso na consecução dos objetivos de inclusão e equidade na educação e a promoção da cooperação internacional para a promoção da inclusão e da equidade na educação.

O Fórum Internacional sobre Inclusão e Equidade na Educação foi um evento importante para a promoção da educação inclusiva e equitativa. As recomendações resultantes do fórum

fornece orientação para os países que procuram garantir que todos os alunos tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de suas circunstâncias.

Reimaginar os nossos futuros juntos - um novo contrato social para a Educação. O documento "Reimaginar nossos futuros juntos - um novo contrato social para a Educação", lançado pela UNESCO em 2021, propõe uma transformação radical da educação para enfrentar os desafios do século XXI e construir um futuro mais justo, sustentável e pacífico, sendo os princípios fundamentais a educação como um direito humano fundamental e universal, a equidade e inclusão como pilares da educação, a aprendizagem ao longo da vida para todos e a co-criação do futuro da educação por todos os setores da sociedade. De acordo com este relatório, a educação será uma via essencial para enfrentar alguns desafios atuais, como as mudanças climáticas e perda de biodiversidade, as desigualdades crescentes e polarização, as transformações tecnológicas e digitalização e as mudanças demográficas e migração.

Este documento, "Reimaginar nossos futuros juntos - um novo contrato social para a Educação" apresenta diversos exemplos de iniciativas inovadoras em todo o mundo que estão transformando a educação e tenciona conquistar algumas metas para o futuro da educação, a educação holística e transformadora, desenvolvendo todas as dimensões do ser humano e promovendo a cidadania global. A aprendizagem personalizada e contextualizada de modo a atender às necessidades individuais e aos diferentes contextos. Pedagogias inovadoras e tecnológicas, onde aproveitam o potencial das tecnologias para aprimorar a aprendizagem. Professores capacitados e reflexivos, criativos e aliciados na transformação educativa, tal como escolas com comunidades vibrantes, espaços abertos e inclusivos que promovem a colaboração e a aprendizagem mútua. Por fim, um financiamento adequado e equitativo garantindo o acesso universal à educação de qualidade.

O documento convida a uma reflexão profunda sobre o papel da educação na construção de um futuro melhor para todos. Através da ação coletiva e de um novo contrato social, podemos reimaginar a educação e construir um mundo mais justo, sustentável e

pacífico. A educação é a chave para enfrentar os desafios do século XXI e construir um futuro mais próspero para todos.

2.3 Enquadramento legislativo da educação inclusiva em Portugal

A Educação em Portugal é regulada por um conjunto de leis e normas que definem os princípios, objetivos e competências dos diversos intervenientes no sistema educativo, sendo um processo em constante construção, com objetivos de garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprender e de se desenvolver. O enquadramento legal oferece um suporte importante para a implementação do modelo de educação em que a participação de todos os envolvidos é fundamental para o seu sucesso.

Decreto-Lei n.º 54/2018. O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, estabelece o regime jurídico da educação inclusiva em Portugal. Esse decreto-lei visa promover a igualdade de oportunidades no sistema educativo, garantindo o acesso e a participação plena de todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades educativas especiais.

Define os princípios, objetivos e estratégias para a implementação da educação inclusiva, destacando a importância da não discriminação, da diversidade e da participação ativa dos alunos no processo educativo, a equidade, que consiste no reconhecimento das diferentes necessidades educativas, a participação ativa e responsável de todos os intervenientes no processo educativo, a cooperação entre todos os agentes educativos e sociais, a formação contínua dos profissionais da educação. O decreto-lei também enfatiza a necessidade de medidas de apoio adequadas para atender às necessidades dos alunos com deficiência intelectual e motora tal como a igualdade de oportunidades e à não discriminação, a participação ativa e responsável nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa, a igualdade de condições de acesso ao ensino superior, a formação contínua dos pais ou encarregados de educação

O decreto-lei define ainda as seguintes medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão como adaptações curriculares significativas, adaptações ao processo de avaliação, apoio especializado individualizado, adaptações ao ambiente físico e metodológico, apoio de auxiliares de educação. As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão visam adaptar o processo educativo às necessidades e potencialidades de cada aluno, promovendo a sua inclusão e participação plena na comunidade escolar.

O Decreto-Lei n.º 54/2018 representa um importante avanço na promoção da educação inclusiva em Portugal, definindo um quadro legislativo claro e abrangente que visa garantir o acesso à educação de todos e de cada um dos alunos, independentemente das suas necessidades educativas, este processo de implementação da educação inclusiva em Portugal é ainda um processo em curso, mas o decreto-lei n.º 54/2018 representa um passo importante na direção de uma educação inclusiva para todos.

Decreto-Lei n.º 55/2018. O Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, representa um marco fundamental para a educação em Portugal. Este diploma legal, publicado no Diário da República, de 6 de julho de 2018, estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, definindo os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens.

O objetivo principal deste decreto-lei é garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos, desenvolvam as capacidades e atitudes necessárias para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Para garantir a educação inclusiva, o Decreto-Lei nº 55/2018 estabelece diversas medidas importantes, nomeadamente a adequação do currículo, que define as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem adquirir ao longo da escolaridade obrigatória, e princípios orientadores que guiam a organização e o desenvolvimento do processo educativo, como a valorização da diversidade, a promoção da autonomia e da responsabilidade dos alunos, e a articulação entre os diferentes níveis de ensino. A avaliação

das aprendizagens é definida com princípios e instrumentos específicos para acompanhar o progresso dos alunos e fornecer feedback para a melhoria contínua do processo educativo. Além disso, o decreto-lei atribui maior autonomia às escolas para que possam adaptar o currículo às necessidades e características dos seus alunos e da comunidade, permitindo também uma maior flexibilidade na organização do tempo letivo e na seleção de conteúdos, de forma a atender às diferentes realidades e necessidades dos alunos. A importância do Decreto-Lei nº 55/2018 reside na modernização do currículo, alinhando-o com as tendências internacionais e com as exigências de um mundo em constante mudança, focando no desenvolvimento de competências chave, como a comunicação, o pensamento crítico, a resolução de problemas e a capacidade de aprender ao longo da vida. Este diploma legal contribui para a promoção da inclusão de todos os alunos através de um currículo mais flexível e adaptado às diferentes necessidades, além de estimular a inovação pedagógica e a utilização de novas metodologias e recursos. Em suma, o Decreto-Lei nº 55/2018 representa um passo importante para a modernização e melhoria da educação em Portugal, ao definir um currículo mais relevante e flexível que contribui para o desenvolvimento de alunos mais preparados para os desafios do século XXI.

Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória (DGE). O documento "Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória" da Direção Geral da Educação (DGE), publicado em 2019, define as competências e conhecimentos que se espera que os alunos adquiram ao fim da escolaridade obrigatória em Portugal. Este documento é crucial no contexto da educação inclusiva, pois define um marco comum para todos os alunos, independentemente das suas necessidades educativas especiais.

O Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória está alinhado com os princípios da educação inclusiva em diversos aspetos dando ênfase nas aprendizagens essenciais, sendo que o documento define um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem alcançar, independentemente das suas capacidades. Permite uma flexibilidade curricular, uma vez que, o currículo nacional permite adaptações para atender às necessidades individuais de cada aluno. A avaliação deve ser contínua, formativa e diferenciada,

considerando as diferentes capacidades e estilos de aprendizagem dos alunos, deste modo apoiada numa colaboração entre profissionais, o trabalho em equipa entre docentes, docentes de educação especial e outros profissionais é essencial para garantir o sucesso de todos os alunos.

O Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória está em consonância com o quadro legislativo da educação inclusiva, nomeadamente:

Decreto-Lei n.º 54/2018: Este diploma regulamenta a educação especial e define os apoios disponíveis para alunos com necessidades educativas especiais.

Decreto-Lei n.º 55/2018: Este diploma estabelece o currículo nacional do ensino básico e secundário e define os princípios orientadores para a sua organização.

No Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória existe um conjunto de competências e conhecimentos que se espera que os alunos adquiram em cada área curricular, contudo é um documento orientador e deve ser adaptado às necessidades específicas de cada aluno e escola. A implementação da educação inclusiva exige um compromisso contínuo de todos os membros da comunidade educativa sendo importante acompanhar e avaliar o progresso na implementação da educação inclusiva para garantir que todos os alunos alcancem o seu pleno potencial.

2.4 Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (2016)

A educação pré-escolar está regulamentada na lei-quadro (Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro) destinada às crianças a partir dos 3 anos até ao ingresso na escolaridade obrigatória, considerada “a primeira etapa da educação básica” no processo de aprendizagem ao longo da vida. A orientação do programa da educação pré-escolar é construída com base nos objetivos educativos globais indicados pela referida lei de apoio à construção e gestão.

As Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE) são um documento orientador para a construção e gestão do currículo na educação pré-escolar em Portugal baseando-se em vários enquadramentos teóricos, nomeadamente no desenvolvimento e a aprendizagem da criança, assumindo que a criança é um ser ativo, que aprende e que se desenvolve através da interação com o meio ambiente, neste sentido, o currículo deve ser centrado na criança e deve promover o seu desenvolvimento integral, nas dimensões física, cognitiva, socio emocional e cultural. A educação inclusiva defende que todas as crianças, independentemente das suas características individuais, têm direito a uma educação de qualidade, ou seja, o currículo deve ser adaptado às necessidades de todas as crianças, incluindo as crianças com necessidades educativas especiais. Por fim, considera também a importância da educação para a cidadania de modo a promover o desenvolvimento da cidadania das crianças, preparando-as para viver em sociedade, devendo o currículo promover a igualdade, a tolerância, o respeito pela diversidade e a participação democrática.

As OCEPE inspiram-se em várias abordagens pedagógicas, tais como a abordagem construtivista, abordagem sociocultural e abordagem humanista. Segundo a abordagem construtivista a aprendizagem é um processo ativo, no qual a criança constrói o seu conhecimento através da interação com o meio ambiente. De acordo com a abordagem sociocultural, a aprendizagem é um processo social, que ocorre na interação entre a criança e os outros. Ao considerar a abordagem humanista da aprendizagem, as OCEPE consideram que qualquer aprendizagem deve ser centrada na criança e deve promover o seu desenvolvimento integral.

As Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar constituem um documento orientador importante para a educação pré-escolar em Portugal, indo ao encontro dos principais referentes teóricos e pedagógicos da educação inclusiva e contribuindo para a promoção de uma educação de qualidade para todas as crianças.

2.5 Expressões artísticas nas OCEPE

As Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (2016) destacam a importância das expressões artísticas no desenvolvimento integral das crianças, enfatizando que a educação artística deve ser uma parte fundamental do currículo pré-escolar, promovendo a percepção, a expressão, a criatividade das crianças, comunicação de emoções, ideias e experiências, e o desenvolvimento de diversas habilidades. No contexto da Educação Infantil, as expressões artísticas assumem um papel ainda mais relevante, pois contribuem para o desenvolvimento integral das crianças, especialmente quando há atrasos no desenvolvimento.

As expressões artísticas englobam diversas formas de manifestação criativas como as artes visuais que englobam o desenho, a pintura, a escultura e a modelagem. Em relação às artes cênicas, temos o teatro, a dança e a mímica, na música abarca o canto, a instrumentalização, a audição musical. Por fim, a literatura abrange histórias, poesia e dramatização.

A importância das expressões artísticas na Educação Infantil reside nos seus diversos benefícios para o desenvolvimento das crianças como o desenvolvimento da motricidade fina e grossa, através da manipulação de materiais e da expressão corporal, a estimulação da criatividade e da imaginação através da exploração de diferentes materiais, técnicas e linguagens artísticas. O desenvolvimento da comunicação verbal e não verbal, através da expressão de ideias e sentimentos, a expressão de emoções através da arte com ferramenta devidas. O desenvolvimento da autoestima e da autoconfiança através da valorização da expressão individual e do reconhecimento das conquistas, a socialização e trabalho em equipa através da participação em atividades artísticas em grupo e a promoção da inclusão pois a arte é uma linguagem acessível a todos, independentemente de suas capacidades.

Educação Musical. A educação musical é um processo de ensino-aprendizagem que tem como objetivo desenvolver habilidades e competências musicais nos estudantes, seja num contexto formal (por exemplo, em escolas e conservatórios) ou informal (por exemplo, através de atividades em comunidades). Trata-se de uma disciplina que estuda a música nas

suas diferentes dimensões – prática, teórica, histórica e cultural – e que visa não apenas a aquisição de competências técnicas, mas também o desenvolvimento de uma maior sensibilidade estética e expressiva. Através da Educação Musical, os alunos podem aprender a tocar um instrumento, cantar, compor e apreciar diferentes estilos musicais. Além disso, a Educação Musical também pode contribuir para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes, ajudando-os a desenvolver habilidades como concentração, coordenação motora, criatividade, senso de responsabilidade e trabalho em equipa.

Existem diferentes abordagens para a Educação Musical, que variam de acordo com o contexto cultural, histórico e social em que são aplicadas. Algumas abordagens enfatizam a teoria musical e a técnica instrumental, enquanto outras valorizam a improvisação e a expressão musical. Independentemente da abordagem adotada, a Educação Musical baseia-se em princípios pedagógicos que incentivam a escuta ativa, a experiência e a interação com a música de forma significativa. É importante lembrar que a Educação Musical pode ser acessível a pessoas de todas as idades e habilidades, e que pode ser uma fonte de prazer e satisfação ao longo da vida.

A Educação Musical, como uma das expressões artísticas, assume um papel de destaque no desenvolvimento das crianças, especialmente na Educação Infantil. Através da música, as crianças exploram diferentes sons, ritmos, melodias e instrumentos, além de desenvolverem habilidades. A Educação Musical inclusiva procura garantir o acesso, a participação e a aprendizagem musical de todos os estudantes, independentemente das suas habilidades, limitações ou diferenças culturais e sociais.

Para que a Educação Musical seja inclusiva, é necessário que sejam adotadas práticas pedagógicas que levem em consideração a diversidade dos estudantes e suas necessidades específicas. Isso pode envolver o uso de adaptações curriculares, recursos pedagógicos acessíveis, a utilização de tecnologias assistidas e a promoção de atividades que respeitem as diferentes formas de aprendizagem e expressão musical.

Além disso, a Educação Musical inclusiva deve explorar a valorização da diversidade cultural e musical, promovendo o diálogo intercultural e a troca de conhecimentos entre os

estudantes de diferentes origens. Isso pode incluir a incorporação de elementos musicais de diferentes culturas, a promoção de atividades que valorizem a história e as tradições musicais de grupos marginalizados e a inclusão de estudantes com deficiência em atividades musicais.

A Educação Musical inclusiva não só contribui para o desenvolvimento musical dos estudantes, mas também para a promoção da inclusão social e para o respeito à diversidade.

Através de Figueiredo (2021), percebemos que

É responsabilidade do professor de educação musical fazer a ponte entre o aspeto disciplinado e o aspeto lúdico para estimular o interesse e fomentar a curiosidade nos alunos. Os professores de educação musical têm a responsabilidade de expor os alunos a diferentes gêneros musicais, diferentes épocas e experimentar o uso de instrumentos como forma de traduzir e reforçar a linguagem da música. A liberdade de criar um currículo permite que os professores de educação musical moldem a disseminação da informação, permitindo que os alunos desfrutem da experiência e se formem como músicos e um público informado. Embora muitos alunos não decidam continuar seus estudos neste campo, é responsabilidade do professor fornecer uma experiência informativa e interessante para que os alunos queiram continuar explorando o vasto mundo da música por si mesmos após o término desses cursos. (p.21)

Quando abordado o tema da inclusão em Educação, a mensagem é simples: todos contam igualmente. A maior dificuldade reside na concretização deste princípio, pois exige mudanças na prática e no pensamento a todos os níveis do sistema educativo, a começar pelos professores e outros responsáveis pelo acesso direto à experiência educativa.

2.6 Atraso global do desenvolvimento

O Atraso Global do Desenvolvimento (AGD), definido no DSM-5, caracteriza-se por um atraso significativo e persistente em diversas áreas do desenvolvimento infantil, afetando significativamente o funcionamento da criança em diferentes contextos.

Caracterizado por um atraso significativo em pelo menos duas áreas do desenvolvimento — cognitivo, linguagem, comunicação social ou motor —, o início dos sintomas é detetado antes dos 5 anos de idade. Este atraso provoca uma interferência significativa no funcionamento adaptativo da criança, manifestando-se em dificuldades na realização de atividades da vida diária, aprendizagem e interação social. Além disso, é necessária a exclusão de outras causas, como transtornos do espectro do autismo, deficiência intelectual, transtornos específicos de aprendizagem, transtornos de linguagem, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), distúrbios sensoriais, transtornos do movimento e doenças neurológicas ou metabólicas..

Segundo Costa (2023), a Organização Mundial da Saúde estima que cerca de 10% da população mundial apresente algum tipo de deficiência ou incapacidade e, aproximadamente, 4 a 5% das crianças até aos 5 anos apresenta atraso global de desenvolvimento (Vale, Maria do Carmo, 2020). O Atraso Global do Desenvolvimento havendo causas que são multifatoriais e podem incluir:

- Fatores genéticos: mutações, síndromes genéticas.
- Fatores pré-natais: infecções, exposição a toxinas, desnutrição.
- Fatores perinatais: parto prematuro, hipoxia, complicações no parto.
- Fatores pós-natais: desnutrição, negligência, doenças infecciosas, traumas.

O diagnóstico do AGD é realizado por uma equipe multidisciplinar, incluindo um pediatra, um psicólogo, um fonoaudiólogo, um fisioterapeuta e o terapeuta ocupacional, baseando-se numa avaliação clínica com entrevista com pais e cuidadores, observação da criança, testes padronizados e exames complementares tais como exames de sangue, eletroencefalograma, tomografia computadorizada, ressonância magnética, quando necessário, o tratamento é individualizado e direcionado às necessidades específicas da criança, podendo incluir: intervenções educativas com programas de estimulação precoce,

educação especial, terapias como a fonoaudiologia, a fisioterapia e a terapia ocupacional e também medicamentos em alguns casos, para tratar condições subjacentes (por exemplo, epilepsia).

O prognóstico varia de acordo com a gravidade do atraso, a causa subjacente e a qualidade da intervenção. Algumas crianças podem superar o atraso e alcançar um desenvolvimento funcional adequado, enquanto outras podem precisar de apoio ao longo da vida.

2.7 A intervenção da Educação Musical e a Educação Inclusiva

A inclusão social através das artes tem sido um tema de crescente interesse em diversas áreas, incluindo políticas públicas, educação e saúde mental.

A educação musical é uma disciplina fundamental para o desenvolvimento harmonioso das crianças desde a idade do Jardim de Infância, contribui para a sua formação integral, uma vez que, ajuda a promover o desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional. Em particular, quando existem crianças com atraso global do desenvolvimento, a educação musical pode ser uma ferramenta valiosa para a promoção da inclusão e da equidade. No entanto, na tentativa de compreender e refletir sobre a importância da Educação Musical para promover a Educação Inclusiva de crianças com atraso global do desenvolvimento, segundo a perspectiva de docentes do ensino regular e de educação especial, é possível verificar que o contexto da prática da educação musical é vantajoso para as crianças com atraso global do desenvolvimento. As aulas realizadas no centro de apoio à aprendizagem (CAA) podem proporcionar um ambiente mais individualizado e adaptado às necessidades específicas das crianças. Por outro lado, as aulas realizadas na turma de pertença dos alunos podem promover a sua integração social e a aprendizagem colaborativa.

A educação musical é uma disciplina que tem sido amplamente reconhecida pela sua importância para o desenvolvimento das crianças. Diversos estudos têm demonstrado que a

educação musical pode contribuir para o desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional das crianças (Hannon & Trainor, 2007; Rauscher, Shaw & Ky, 1993).

Os estudos de Van As, A., & Excell, L., 2018 e Jin, Ling, 2019 expuseram que as intervenções musicais podem aumentar o envolvimento e o desenvolvimento da literacia precoce em crianças pequenas em contextos inclusivos da primeira infância, da mesma forma que, D. Aldridge, Dagmar Gustroff, Lutz Neugebauer, no seu estudo “A pilot study of music therapy in the treatment of children with developmental delay”, mostram que a terapia musical ativa, que envolve a escuta ativa e a performance musical, pode melhorar a coordenação mão-olho, a interação pessoal-social e as habilidades de audição e fala, além disso, a integração de tecnologia musical em abordagens educativas tem demonstrado melhorar a compreensão da linguagem e o autocontrole em crianças com atrasos no desenvolvimento (Liza Lee, Han-Ju Ho, 2023).

Beneficiam também de aspetos ligados ao desenvolvimento motor como a promoção da motricidade fina e da expressão corporal. Hannon & Trainor mostram-nos que as atividades educativas musicais baseados em jogos, no jardim de infância, melhoram a perceção física das crianças, a capacidade de coordenação, a criatividade e a perceção da cultura local.

Para Hannon & Trainor, (2007), as atividades musicais que envolvem o movimento, tais como a dança, a dramatização ou a expressão corporal, podem ajudar as crianças a desenvolver a sua coordenação motora, a motricidade fina e a expressão corporal. Por exemplo, as crianças podem aprender a controlar os seus movimentos corporais para acompanhar o ritmo de uma música ou para representar uma história através da dança (p.468).

Rauscher, Shaw & Ky, (1993), corroboram a ideia anterior indicando que as atividades musicais que envolvem a interação social, tais como o canto em grupo, o jogo musical ou a improvisação musical, podem ajudar as crianças a desenvolver as suas competências sociais, tais como a comunicação, a cooperação e a empatia. Por exemplo, as crianças podem aprender a ouvir os outros, a trabalhar em equipa e a respeitar as diferentes opiniões (p.611).

Os autores anteriormente citados ajudam-nos a perceber que a educação musical está ligada ao desenvolvimento social ajudando a adquirir as competências sociais das crianças, tais como a comunicação, a cooperação e a empatia, estando bastante ligada ao desenvolvimento emocional promovendo o desenvolvimento da autoestima, da autoconfiança e da expressão emocional.

A literatura sugere que a educação musical pode ser realizada em diferentes contextos, nomeadamente no CAA, na turma de pertença dos alunos ou em ambos os contextos. Cada contexto apresenta vantagens e desvantagens específicas (Nieuwmeijer, Christiane; Marshall, Nigel & Oers, van Bert, 2019; Yga, Olena; Russ, Sandra; Meeker, Heather & Kirk, Jodi, 2018; Bailey, Brooke; Zyga, Olena; Meeker, Heather; Kirk, Jodi & Russ, Sandra, 2021; Rushton, Rosie & Kossyvaki, Lila, 2020).

As aulas de educação musical realizadas no CAA apresentam diversas vantagens como ambiente individualizado e um apoio mais especializado. Contudo há também desvantagens, sendo que há crianças que apresentam risco de isolamento, sentindo-se isoladas das outras crianças, dificultando a integração social junto da turma de pertença. Na perspetiva dos professores de educação especial, as vantagens da intervenção incluem o potencial de ganhos significativos nas capacidades socio emocionais dos alunos com deficiência intelectual (Nieuwmeijer, Christiane; Marshall, Nigel & Oers, van Bert, 2019; e Yga, Olena; Russ, Sandra; Meeker, Heather & Kirk, Jodi, 2018).

No entanto as aulas de educação musical realizadas na turma de pertença dos alunos apresentam vantagens diferentes como a integração social, há colaboração, inspiração, contudo as desvantagens são difíceis tendo em conta o risco de discriminação e as dificuldades de adaptação. Do ponto de vista dos professores do ensino regular, as vantagens incluem o potencial de aumentar a confiança dos alunos e a relação positiva com a música, bem como promover a consciência dos pares e interações através de respostas com empenho e criativas ao jogo musical (Bailey, Brooke; Zyga, Olena; Meeker, Heather; Kirk, Jodi & Russ, Sandra, 2021; Rushton, Rosie & Kossyvaki, Lila, 2020).

Estas descobertas sugerem que a intervenção de um professor de educação musical infância Educação Pré-escolar pode trazer benefícios significativos para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças (Bailey, Zyga, Meeker, Kirk, & Russ, 2021; Nieuwmeijer, Marshall, & van Oers, 2019; Rushton & Kossyvaki, 2020; Zyga, Russ, Meeker, & Kirk, 2018).

Embora os benefícios da educação musical sejam bem documentados, há desafios na implementação e na generalização dos resultados. A necessidade de informação específica para terapeutas e educadores é um ponto crítico, assim como a adaptação das intervenções para diferentes contextos culturais e educativos (Lee & Liu, 2021; Wilkinson, 2008)

A educação musical oferece uma abordagem promissora para apoiar o desenvolvimento de crianças com atraso global do desenvolvimento. As intervenções musicais podem melhorar habilidades cognitivas, linguísticas e sociais, proporcionando um ambiente de aprendizagem inclusiva e eficaz. No entanto, é necessária mais pesquisa para otimizar essas intervenções e garantir a sua eficácia em diferentes contextos educativos e culturais (Dumont, Syurina, Feron, & van Hooren, 2017; Mayer-Benarous, Benarous, Vonthron, & Cohen, 2021).

3. METODOLOGIA

3.1 Introdução:

A presente investigação tem como objetivo responder à seguinte questão:

Qual o contributo da Educação Musical para promover a Educação Inclusiva de crianças com atraso global do desenvolvimento em idade da Educação Pré-Escolar, segundo a perspetiva das educadoras de infância do ensino regular e de educação especial?

Deste modo a investigação espera contribuir para a refletir sobre a importância da Educação Musical para promover a Educação Inclusiva de crianças com atraso global do desenvolvimento, segundo a perspetiva de docentes do ensino regular e de educação especial de modo a contribuir para a tomada de decisões informada sobre a organização da oferta educativa. Neste estudo qualitativo, pretende-se compreender numa escala mais ampla e dinâmica, conhecendo um determinado fenómeno/tópico específico revelador das relações que se estabelecem entre os elementos que o integram, com a fim de aprofundar o mesmo. É feita a atual escolha na tentativa de compreender um contexto específico, sendo que a abordagem qualitativa é vista como a mais útil. Os métodos qualitativos permitem que se investigue como as pessoas interpretam e dão sentido ao seu ambiente e como isso afeta seu comportamento e experiências.

Ludke e André (1986) explicam que "a pesquisa qualitativa ou naturalística, segundo Bogdan e Biklen (1982), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspetiva dos participantes", neste caso concreto, a perspetiva das educadoras de infância do ensino regular e de educação especial.

3.2 Participantes do Estudo

A população do estudo foi composta por:

- 4 educadoras de infância que trabalham em contextos escolares com crianças do Jardim de Infância, algumas delas com atrasos globais do desenvolvimento.
- 2 docentes de educação especial que acompanham diretamente crianças com atrasos globais do desenvolvimento, colaborando com as educadoras de infância em práticas inclusivas.

As participantes foram selecionadas com base em um critério de amostragem intencional, que procura garantir que os indivíduos escolhidos tenham experiência direta e relevante com o tema estudado. Esta estratégia assegura a riqueza dos dados recolhidos, uma vez que os participantes são profissionais diretamente envolvidos no contexto educativo e inclusivo. No âmbito deste estudo, os nomes apresentados são fictícios e foram criados exclusivamente para a preservação da privacidade dos participantes. Esta prática segue as normas éticas que asseguram o anonimato e a confidencialidade das informações fornecidas.

3.3 Técnicas e Instrumento de recolha de dados:

Este projeto adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender e refletir sobre a importância da Educação Musical para promover a Educação Inclusiva de crianças com atraso global do desenvolvimento, segundo a perspetiva de docentes do ensino regular e de educação especial. A natureza da pesquisa é descritiva e exploratória, pois procura descrever o fenómeno em estudo e explorar suas possibilidades. Para a recolha de dados, foram utilizadas a técnica entrevista.

A entrevista consiste num diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, com o objetivo de recolher informações sobre o tema. Gil (2008) define a entrevista como "uma técnica de recolha de dados que consiste em um diálogo entre o pesquisador e o entrevistado, com o objetivo de obter informações sobre um determinado assunto" (p.155).

A entrevista possibilitou-me a obtenção de informações mais aprofundadas e detalhadas sobre o tema. O diálogo com professoras de ensino regular e educação especial permitiram compreender melhor as nuances e complexidades da problemática.

Sendo uma das principais técnicas de recolha de dados, foi elaborada uma entrevista semiestruturada, que permite a exploração em profundidade das perspetivas dos participantes enquanto fornecem flexibilidade para que novas questões e tópicos emergentes sejam abordados durante a interação. Este formato equilibra a necessidade de estrutura com a liberdade para explorar dimensões inesperadas ou relevantes do tema, contudo foi dado ênfase ao guião das entrevistas elaborado com base nos objetivos do estudo, incluindo perguntas sobre: a visão das educadoras do ensino regular e de Educação Especial sobre educação inclusiva, a visão das educadoras do ensino regular e de Educação Especial sobre a Educação Musical para crianças com atraso global do desenvolvimento, os desafios percebidos pelas educadoras de infância do ensino regular e de Educação Especial para promover a Educação Inclusiva através da Educação Musical e ainda sobre as estratégias utilizadas por estes dois grupos de docentes para promover a Educação Inclusiva através da Educação Musical.

As entrevistas foram realizadas em ambiente escolar, num espaço reservado para garantir conforto e privacidade aos participantes. Cada entrevista teve uma duração média de 30 a 45 minutos e foi gravada em áudio, com o consentimento informado dos participantes. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas para serem analisadas.

3.4 A Análise de Dados

Os dados recolhidos foram analisados através de análise de conteúdo temática, com base nas etapas propostas por Bardin (2016). Este método permite identificar padrões, categorias e temas emergentes nos relatos dos participantes. O processo incluiu:

- Leitura inicial das transcrições, para familiarização com o conteúdo.
- Codificação inicial, com identificação de unidades de significado relevantes.
- Agrupamento de códigos em categorias, refletindo temas centrais relacionados aos objetivos do estudo.
- Interpretação dos resultados, com base no enquadramento teórico e na literatura relevante.

3.5 A intervenção de Educação Musical para crianças com Atraso Global do Desenvolvimento

As intervenções de Educação Musical para crianças com Atraso Global do Desenvolvimento devem ser planejadas de forma a respeitar as suas necessidades individuais, promovendo o desenvolvimento musical e competências transversais. Apesar do foco ser o trabalho desenvolvido no Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), sempre que possível, a intervenção é realizada junto da turma de referência, permitindo a interação com os colegas e promovendo um ambiente verdadeiramente inclusivo.

1. Exploração Sonora e Instrumental: A exploração de diferentes fontes sonoras é essencial para estimular a perceção auditiva e a criatividade musical das crianças. Algumas estratégias incluem: apresentação de instrumentos musicais variados, permitindo que os alunos experimentem sons de diferentes timbres e intensidades. Exploração de objetos do quotidiano para a criação de paisagens sonoras, incentivando a descoberta e a expressão musical. Atividades de escuta ativa, onde os alunos identificam e distinguem sons do ambiente e da música.
2. Canções Estruturadas para Facilitar a Aprendizagem Musical: A utilização de canções com estrutura previsível e refrões repetitivos facilita a compreensão musical e a participação ativa. Para isso, podem ser implementadas as seguintes práticas: Ensino de canções simples, com letras curtas e ritmos bem marcados, facilitando a memorização e a participação dos alunos. Utilização de gestos e movimentos associados às canções, reforçando a relação entre som e ação. Introdução gradual de novas canções, respeitando o ritmo de aprendizagem das crianças.
3. Jogos Rítmicos para Desenvolvimento da Coordenação e do Tempo Musical: As atividades rítmicas ajudam as crianças a compreender padrões musicais e a desenvolver a coordenação motora. Algumas propostas incluem: Execução de padrões rítmicos simples com palmas, batidas no corpo ou instrumentos de percussão. Jogos de imitação rítmica, onde os alunos repetem sequências criadas pelo professor ou pelos colegas. Exercícios de alternância e resposta rítmica, promovendo a interação e a escuta ativa dentro do grupo.

4. Construção de Instrumentos Musicais Simples: A construção de instrumentos musicais com materiais acessíveis pode tornar a aprendizagem mais concreta e significativa. Para isso, podem ser realizadas atividades como: Criação de tambores, maracas ou reco-recos com materiais recicláveis. Exploração dos sons produzidos pelos instrumentos construídos, promovendo a experimentação e a criatividade. Participação na execução de músicas utilizando os instrumentos feitos pelos próprios alunos.

5. Participação em Atividades Musicais da Turma de Referência: Sempre que possível, os alunos com AGD devem integrar as atividades musicais da turma, de forma a fomentar a socialização e a aprendizagem colaborativa. Algumas estratégias para favorecer essa participação incluem: Adaptação das atividades para permitir diferentes formas de envolvimento (cantar, tocar instrumentos, realizar gestos rítmicos). Encorajamento dos colegas para colaborarem e apoiarem a participação de todos os alunos. Organização de apresentações musicais inclusivas, onde cada criança contribui de acordo com as suas capacidades.

6. Utilização de Partituras Visuais e Representações Alternativas da Música: A introdução de formas alternativas de representação musical pode facilitar a compreensão e execução de peças musicais. Algumas opções incluem: Uso de partituras gráficas, substituindo notas musicais por cores, formas ou símbolos. Introdução de códigos gestuais para indicar variações de ritmo, intensidade e duração dos sons. Trabalho com esquemas visuais que representem a estrutura das músicas, facilitando a antecipação e organização da execução musical.

7. Sessões de Improvisação e Expressão Musical: A improvisação permite que os alunos se expressem musicalmente de forma livre, respeitando o seu nível de desenvolvimento e promovendo a criatividade. Algumas atividades possíveis são: Exploração de pequenos diálogos musicais entre alunos, utilizando instrumentos de percussão ou voz. Sessões de improvisação orientada, onde os alunos seguem indicações do professor para criar sons e ritmos. Criação de pequenas composições coletivas, permitindo que cada aluno contribua de acordo com as suas possibilidades.

8. Integração da Música com Outras Áreas do Conhecimento: A Educação Musical pode ser integrada em projetos multidisciplinares, tornando a aprendizagem mais global e significativa. Algumas possibilidades incluem: Associar a música a histórias ou contos, incentivando a dramatização e a expressividade. Explorar músicas relacionadas com diferentes culturas, promovendo a diversidade e o respeito pela identidade musical de cada comunidade. Relacionar a música com conceitos matemáticos (padrões rítmicos, contagem de tempos) ou linguísticos (rimas, aliteração, estrutura das letras das canções).

|

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados desta investigação foram obtidos através das entrevistas realizadas com quatro (4) educadoras de infância (Ed. E. R.) e dois (2) professoras de educação especial (Prof.^a Ed. E.). A análise qualitativa dos dados foi organizada em quatro grandes blocos temáticos:

1. A visão dos docentes entrevistados sobre educação inclusiva;
2. A visão dos docentes sobre a educação musical para crianças com atraso global do desenvolvimento;
3. Os desafios percebidos para promover a Educação Inclusiva através da educação musical;
4. As estratégias utilizadas para promover a Educação Inclusiva através da música.

A seguir, os dados são apresentados e discutidos de forma detalhada.

Relativamente ao bloco temático 1. A Visão dos Docentes sobre Educação Inclusiva, as participantes no estudo destacaram que a inclusão de crianças com atraso global de desenvolvimento no ensino regular é encarada como um desafio enriquecedor, embora em algumas situações envolva barreiras e preconceitos que dificultam a sua implementação plena.

Adelaide (Ed. E. R.) descreveu a inclusão como uma oportunidade para a comunidade escolar, afirmando que: *"A inclusão é vista como um desafio e uma oportunidade para toda a comunidade escolar, promovendo empatia e cooperação."* De forma semelhante, Amélia (Ed. E. R.) sublinhou o valor da convivência com a diversidade, ao afirmar que: *"A inclusão prepara melhor todas as crianças para a vida em sociedade."*

No entanto, foram também mencionados desafios significativos. Alzira (Ed. E. R.) destacou o receio de que a inclusão possa afetar negativamente o processo de aprendizagem de outras crianças, enquanto Angélica (Ed. E. R.) mencionou que *"muitos profissionais da educação veem essas crianças como uma 'carga extra'."* A falta de formação específica e de recursos adequados foi um ponto recorrente nas respostas, com Augusta (Prof.^a Ed. E.) e Antónia (Prof.^a Ed. E.) salientando que o sucesso da inclusão depende de apoios direcionados e de uma colaboração mais eficaz entre profissionais de ensino regular e especial.

Esses dados refletem uma perspectiva ambivalente sobre a inclusão, sendo simultaneamente valorizada como um princípio educativo e social, mas enfrentando obstáculos práticos que comprometem a sua implementação eficaz.

Quanto ao bloco "2. A Visão dos Docentes sobre a Educação Musical para Crianças com Atraso Global do Desenvolvimento" pode-se afirmar que a educação musical foi unanimemente valorizada pelos participantes como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento global das crianças, sendo frequentemente descrita como inclusiva e transformadora. Os docentes reconheceram o impacto da música no desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social.

Adelaide (Ed. E. R.) referiu que: *"A educação musical contribui para o desenvolvimento cognitivo, motor e emocional das crianças, além de estimular a criatividade e a expressão."* Alzira (Ed. E. R.) acrescentou que a música enriquece o ambiente de aprendizagem, permitindo às crianças explorar sons, ritmos e expressões de forma dinâmica.

As professoras de educação especial, Antónia (Prof.^a Ed. E.) e Augusta (Prof.^a Ed. E.), destacaram o papel da música na inclusão, com Antónia (Prof.^a Ed. E.) afirmando que: *"A música é uma ferramenta inclusiva, adaptável às necessidades específicas de cada criança, especialmente aquelas com dificuldades de comunicação ou coordenação."* Amélia (Ed. E. R.) reforçou que a música, quando integrada de forma lúdica, desperta o interesse das crianças e promove um ambiente de aprendizagem mais envolvente, como demonstrado pelas *Históricas Cantadas*, que renovaram o foco e o entusiasmo de toda a turma.

Esses relatos evidenciam o potencial da música como um meio universal de expressão e interação, que vai além da aprendizagem tradicional e promove uma ligação emocional e social entre as crianças.

No que se refere ao bloco temático “3. Os Desafios Percebidos para Promover a Educação Inclusiva através da Educação Musical”, apesar do reconhecimento dos benefícios da música, os participantes identificaram desafios significativos que comprometem a sua aplicação no contexto inclusivo. Entre os principais obstáculos, destacaram-se:

- Falta de formação específica: Angélica (Ed. E. R.) apontou que muitos docentes não se sentem preparados para integrar a música de forma eficaz em contextos inclusivos.
- Escassez de recursos: Augusta (Prof.^a Ed. E.) sublinhou que a ausência de instrumentos e materiais adequados dificulta a implementação da educação musical inclusiva.
- Preconceitos e resistência: Antónia (Prof.^a Ed. E.) destacou que algumas crianças são subestimadas em seu potencial, o que reflete uma compreensão inadequada da inclusão.

Além disso, Alzira (Ed. E. R.) e Angélica (Ed. E. R.) chamaram a atenção para a necessidade de um maior compromisso institucional, com políticas que assegurem o suporte necessário para práticas inclusivas eficazes.

Quanto ao bloco temático “4. As Estratégias Utilizadas para Promover a Educação Inclusiva através da Educação Musical”, as participantes relataram estratégias bem-sucedidas que demonstram como a música pode ser uma ferramenta poderosa para a inclusão de crianças com atraso global do desenvolvimento. Entre as principais estratégias identificadas, destacam-se:

- Personalização das atividades musicais: Adelaide (Ed. E. R.) e Angélica (Ed. E. R.) enfatizaram que a música permite adaptações específicas, promovendo o desenvolvimento individual de cada criança.

- Integração e socialização: Amélia (Ed. E. R.) afirmou que: "*A música promove um ambiente inclusivo onde todas as crianças podem expressar-se e colaborar.*" Antónia (Prof.^a Ed. E.) reforçou que a música serve como uma ponte para a inclusão, funcionando como uma linguagem universal que une a turma.
- Abordagem lúdica e criativa: As *Históricas Cantadas*, mencionadas por Amélia (Ed. E. R.), foram apontadas como uma prática eficaz para despertar o interesse e o foco das crianças, incluindo aquelas com mais dificuldades.
- Colaboração entre profissionais: Augusta (Prof.^a Ed. E.) sublinhou a importância da cooperação entre docentes de ensino regular e especial para planear e implementar atividades musicais adaptadas.
- Envolvimento da comunidade escolar: Alzira (Ed. E. R.) destacou que o sucesso da inclusão depende de um ambiente educativo acolhedor e da sensibilização da comunidade para a importância da música como recurso inclusivo.

Essas estratégias ilustram como a música pode ser um catalisador para a Educação Inclusiva, desde que acompanhada por suporte adequado e práticas pedagógicas direcionadas.

Os resultados apresentados mostram que, embora existam barreiras significativas à Educação Inclusiva através da música, os docentes reconhecem o seu impacto positivo no desenvolvimento e na socialização das crianças com atraso global do desenvolvimento. A música, quando integrada com intencionalidade e criatividade, é percebida como um recurso transformador que promove não apenas a aprendizagem, mas também a empatia e o respeito pela diversidade.

No entanto, os desafios mencionados refletem a necessidade de maior investimento em formação contínua e em recursos materiais, bem como de políticas educativas mais robustas para garantir que a inclusão não seja apenas um princípio teórico, mas uma prática efetiva em todos os contextos educativos.

Os resultados obtidos na investigação permitem refletir sobre a importância da educação musical na promoção da Educação Inclusiva de crianças com atraso global do desenvolvimento, conectando as percepções dos docentes às teorias e práticas discutidas no enquadramento teórico.

CONCLUSÕES

Começaremos por referir os resultados à luz dos respetivos objetivos, relacionando-os com a literatura mencionada anteriormente.

1. Relação entre os Resultados e os Objetivos do Estudo

O objetivo geral da investigação era compreender a importância da educação musical para promover a Educação Inclusiva de crianças com atraso global do desenvolvimento, segundo a perspectiva de docentes do ensino regular e de educação especial. Os resultados mostram que:

- a) Os docentes reconhecem a inclusão como uma prática essencial, mas destacam desafios significativos, como a falta de recursos e formação.
- b) A educação musical é amplamente percebida como uma ferramenta inclusiva, capaz de promover o desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social das crianças.
- c) As estratégias pedagógicas baseadas em música têm potencial para criar ambientes inclusivos e colaborativos, beneficiando tanto as crianças com necessidades especiais quanto os colegas.

2. Educação Inclusiva: Desafios e Oportunidades

Os docentes participantes descreveram a inclusão como uma oportunidade para promover empatia, cooperação e enriquecimento da comunidade escolar, confirmando as ideias de Booth e Ainscow no "Index for Inclusion" (2002), que apresenta a inclusão como

um processo que valoriza a diversidade e transforma barreiras em oportunidades de aprendizagem.

Entretanto, as preocupações com a falta de recursos e formação específica refletem um obstáculo prático para a implementação de uma inclusão eficaz. Esses desafios são corroborados pela literatura, que frequentemente menciona a lacuna existente entre as políticas educativas e a sua execução prática (Carvalho, 2019). A falta de apoio institucional para os professores pode levar a percepções negativas, como destacado por Angélica (Ed. E. R.), que mencionou que crianças com atraso global do desenvolvimento ainda são vistas como uma "carga extra" em algumas escolas.

A necessidade de adaptações pedagógicas e colaboração entre os profissionais emergiu como um ponto crítico. Esses elementos alinham-se ao Decreto-Lei n.º 54/2018, que enfatiza a importância de medidas de suporte individualizadas e da cooperação entre ensino regular e educação especial.

3. Educação Musical como Ferramenta Inclusiva

Os docentes consideram a educação musical uma ferramenta transformadora, capaz de promover a inclusão de maneira eficaz. Essa visão está em consonância com autores como Swanwick (1999), que defendem a música como uma linguagem universal, e Small (1998), que a veem como um meio de interação social e expressão emocional.

Os relatos dos participantes destacaram o impacto positivo da música no desenvolvimento global das crianças. Amélia (Ed. E. R.), por exemplo, mencionou que atividades como as *Históricas Cantadas* despertaram maior interesse e foco na turma, inclusive entre as crianças com dificuldades. Estes resultados suportam estudos que mostram como a música pode melhorar habilidades cognitivas, motoras e emocionais, especialmente em crianças com necessidades educativas especiais (Paulos, 2011).

Além disso, os resultados confirmam que a música pode ser adaptada para atender às necessidades específicas de cada criança, conforme observado por Antónia (Prof.^a Ed. E.) e Augusta (Prof.^a Ed. E.). Essa adaptabilidade permite que crianças com dificuldades de comunicação ou coordenação participem de atividades, reforçando o senso de pertença e

inclusão, uma prática alinhada à Declaração de Salamanca (1994), que preconiza a educação inclusiva como um direito fundamental.

4. Estratégias e Desafios na Implementação da Educação Musical Inclusiva

Os participantes relataram estratégias pedagógicas eficazes, como:

- Adaptação de atividades musicais às necessidades individuais das crianças.
- Promoção de socialização por meio de atividades coletivas.
- Uso de abordagens lúdicas para engajar as crianças.

Essas estratégias corroboram o papel da música como facilitadora da interação social e do desenvolvimento emocional. No entanto, os desafios mencionados, como a falta de recursos adequados e formação específica, limitam a aplicação prática da música como ferramenta inclusiva. Isso está em consonância com Figueiredo (2021), que argumenta que o sucesso da educação musical depende da capacitação docente e da disponibilidade de materiais adequados.

Outro ponto relevante foi o impacto positivo da colaboração entre ensino regular e educação especial, conforme mencionado por Augusta. Essa colaboração permite um planejamento pedagógico mais direcionado e eficaz, refletindo as recomendações do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (DGE, 2019).

5. Contribuições e Implicações Práticas

Os resultados desta investigação sugerem que:

- A educação musical tem um papel central na criação de ambientes inclusivos, sendo uma ferramenta eficaz para promover o desenvolvimento integral das crianças com atraso global do desenvolvimento.
- Políticas educativas devem priorizar a formação contínua dos professores e o fornecimento de recursos materiais para integrar a música em contextos inclusivos.
- A colaboração entre os diferentes agentes educativos (ensino regular, especial e famílias) é crucial para o sucesso das práticas inclusivas.

Estes resultados evidenciam que, embora a inclusão e a educação musical sejam amplamente valorizadas, ainda existem desafios a serem superados para sua implementação eficaz. A música surge como uma ferramenta poderosa e adaptável, mas o seu potencial só poderá ser plenamente explorado com o suporte institucional adequado, formação contínua e um compromisso real com a Educação Inclusiva.

A presente investigação teve como objetivo principal compreender a importância da Educação Musical na promoção da Educação Inclusiva de crianças com atraso global do desenvolvimento na Educação Pré-Escolar, considerando a perspectiva de docentes do ensino regular e de educação especial. Os resultados obtidos, analisados à luz do enquadramento teórico e das diretrizes nacionais e internacionais sobre educação inclusiva, permitem confirmar que a música pode assumir um papel central na construção de ambientes verdadeiramente inclusivos e promotores do desenvolvimento global destas crianças. A análise das entrevistas realizadas evidenciou que, para além de reconhecerem a inclusão como um princípio ético e educativo fundamental, os docentes valorizam a Educação Musical enquanto ferramenta enriquecedora, capaz de facilitar a comunicação, a interação social, o desenvolvimento cognitivo, motor e emocional, e de reforçar o sentimento de pertença entre pares. Neste sentido, a música surgiu como um canal privilegiado de expressão e integração, contribuindo significativamente para o bem-estar e a participação ativa de todas as crianças, incluindo aquelas com necessidades adicionais de aprendizagem.

A nível prático, as pesquisas envolvidas desta investigação sugerem que a Educação Musical pode ser integrada de forma sistemática nas rotinas pedagógicas, proporcionando estratégias de ensino mais diversificadas, lúdicas e personalizadas. A criação de momentos musicais adequados às especificidades de cada criança, assim como a colaboração entre professores do ensino regular, docentes de educação especial, técnicos especializados e famílias, revelou-se essencial para alcançar uma prática inclusiva mais eficaz. Deste modo, a formação contínua dos docentes, a disponibilização de recursos materiais e a sensibilização

de toda a comunidade educativa tornam-se imperativas para consolidar as potencialidades da música neste campo.

Apesar dos contributos apresentados, esta investigação não está isenta de limitações. A dimensão reduzida da amostra e o contexto específico em que o estudo foi conduzido restringem a generalização dos resultados. Além disso, o carácter qualitativo da análise, ainda que ofereça uma visão aprofundada e contextualizada, não permite extrapolações em larga escala. Estas considerações apontam para a necessidade de estudos mais abrangentes, com amostras diversificadas e, eventualmente, abordagens mistas (qualitativas e quantitativas), que permitam uma compreensão mais robusta do impacto da Educação Musical na Educação Inclusiva.

No que concerne a investigações futuras, seria pertinente explorar a eficácia de diferentes metodologias musicais, testar intervenções de longa duração, analisar o impacto da música sobre componentes específicas do desenvolvimento (por exemplo, linguagem, coordenação motora fina, competências socio emocionais) e avaliar a perspectiva de outros intervenientes, como as famílias e as próprias crianças. Além disso, estudos comparativos entre diferentes realidades escolares ou contextos culturais poderiam enriquecer o entendimento do fenómeno.

Em suma, a importância da Educação Musical para promover a inclusão de crianças com atraso global do desenvolvimento revela-se clara nos resultados deste estudo. Ao consolidar práticas pedagógicas mais criativas, humanistas e cooperativas, a música contribui para uma educação mais equitativa e significativa, reforçando o direito de todas as crianças a aprender, crescer e participar plenamente na vida escolar. Assim, esta investigação reforça a relevância da Educação Musical como um recurso pedagógico valioso para a inclusão, abrindo caminho para melhorias na política educativa, formação docente e desenvolvimento de práticas inspiradoras no futuro.

Referências bibliográficas:

Alves, N. A., Vieira, M. H., & Serrano, A. M. (2010). Educação musical na intervenção precoce. *Inclusão*, 10, 29–38.

American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed.). American Psychiatric Publishing.

Aldridge, D., Gustorff, D., & Neugebauer, L. (1995). A pilot study of music therapy in the treatment of children with developmental delay. *Arts in Psychotherapy*, 22(3), 189–205.

Booth, T., & Ainscow, M. (2002). *Index for inclusion: Developing learning and participation in schools*. Centre for Studies on Inclusive Education.

Carvalho, L. M. (2019). *Educação inclusiva: Desafios e possibilidades*.

Direção-Geral da Educação. (n.d.). *Orientações curriculares para a educação pré-escolar*. Retrieved, 2016 from <https://www.dge.mec.pt/orientacoes-curriculares-para-educacao-pre-escolar>

Figueiredo, A. S. (2021). *Formação de professores e educação musical inclusiva: Perspetivas e práticas pedagógicas*. (Relatório prático de mestrado, Universidade Nova de Lisboa)

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.

Hannon, E. E., & Trainor, L. J. (2007). Music and cognitive development. *Trends in Cognitive Sciences*, 11(10), 436–443.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. Atlas.

Mendes, J. G. L. (2018). *A música potenciadora de aprendizagem* (Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro).

- Minayo, M. C. S. (2011). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.
- Nieuwmeijer, C., Marshall, N., & van Oers, B. (2019). Dutch early years classroom teachers facilitating and guiding musical play: Problems and opportunities. *European Early Childhood Education Research Journal*, 27(6), 860–871.
- Pinto, R. D. V. de C., & Pinheiros, S. P.-C. (n.d.). *Educação inclusiva*. Diversa.
- Pinto, S. M. (2019). *Música no quotidiano do jardim de infância: As perspetivas das crianças face às suas vivências musicais no jardim de infância* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação de Lisboa].
- Portugal. (2018). Decreto-Lei n.º 54/2018. *Diário da República, Série I*, 129, 6 de julho de 2018.
- Portugal. (2018). Decreto-Lei n.º 55/2018. *Diário da República, Série I*, 129, 6 de julho de 2018.
- Rauscher, F. H., Shaw, G. L., & Ky, K. N. (1993). Music and spatial task performance: A causal relationship. *Nature*, 365, 611–613.
- Rushton, R., & Kossyvaki, L. (2020). Using musical play with children with profound and multiple learning disabilities at school. *British Journal of Special Education*, 47(4), 489–509.
- Sobreira, S., & Penna, M. (2021). Perdendo o medo de cantar: Uma prática de educação musical com professoras pedagogas em formação. *Educação Musical: Revista da ABEM*, 21.
- Small, C. (1998). *Musicking: The meanings of performing and listening*. Wesleyan University Press.

Swanwick, K. (1999). *Teaching music musically*. Routledge.

UNESCO. (1994). *Salamanca statement and framework for action on special needs education*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427>

UNESCO. (2015). *Declaração de Incheon: Educação 2030: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656>

UNESCO. (2019). *Manual para garantir inclusão e equidade na educação*. UNESCO.

UNESCO. (2021). *Reimagining our futures together: A new social contract for education*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379707>

United Nations. (1948). *Universal declaration of human rights*. <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>

United Nations. (1959). *Declaration of the rights of the child*. <https://www.un.org/en/global-issues/children>

United Nations. (2006). *Convention on the rights of persons with disabilities*. <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>

United Nations. (2015). *Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. <https://sdgs.un.org/2030agenda>

Van As, A., & Excell, L. (2018). Strengthening early childhood teacher education towards a play-based pedagogical approach through a music intervention programme. *South African Journal of Childhood Education*, 8(1), e1–e10.

Welch, B. (2014). *The effect of music intervention on kindergarten phonological awareness skills*.

World Health Organization. (2018). *International classification of diseases for mortality and morbidity statistics (11th revision)*.

Anexos:

Guião de entrevistas para docentes		
Blocos	Objetivos Específicos	Para um formulário de Questões
A Legitimação da Entrevista	Explicar os objetivos da entrevista e do estudo que pretende efetuar-se. Criar condições que facilitem a motivação do entrevistado	• Informar o entrevistado sobre o objetivo do trabalho • Solicitar a sua colaboração • Assegurar o anonimato das informações/opiniões do entrevistado • Pedir autorização para gravar a entrevista
B Atitudes em relação à Inclusão	Identificar atitudes dos docentes em relação à inclusão de crianças com atraso global do desenvolvimento.	Pedir ao entrevistado que refira: • Como na sua opinião é percecionada a inclusão crianças com atraso global do desenvolvimento no ensino regular
C A Educação Musical	Perceber a importância que os docentes atribuem à Educação Musical	Pedir ao entrevistado que refira:

		• Como entendem a educação musical ministrada na educação infantil e qual a relação desta com a educação inclusão
D Vantagens da intervenção do docente de Educação Musical para a Educação Inclusiva	Identificar vantagens da intervenção do docente de educação musical com crianças com atraso global do desenvolvimento no centro de apoio à aprendizagem e em contexto da turma	Solicitar ao entrevistado que mencione - Vantagens de ter a intervenção de um docente de educação musical para promover a educação inclusiva - O tipo de vantagens da intervenção do docente de educação musical com crianças com atraso global do desenvolvimento identifica no centro de apoio à aprendizagem e em contexto da turma.
F Dados complementares	Dar oportunidade ao entrevistado para abordar outros assuntos que considere pertinentes.	

Tabela De Análise De Conteúdo Das Entrevistas

	Bloco Temático	Categorias	Subcategorias	Indicadores	Exemplos de Respostas
1	A visão dos docentes sobre Educação Inclusiva	Percepção da inclusão como desafio e oportunidade	Oportunidade para a comunidade escolar; Preconceitos; Falta de recursos e formação	Citações que refletem desafios, benefícios, preconceitos, e falta de formação	Adelaide: 'A inclusão é vista como um desafio e uma oportunidade para a comunidade escolar.'
2	A visão dos docentes sobre a Educação Musical para crianças com atraso global do desenvolvimento	Importância atribuída à Educação Musical	Ferramenta transformadora; Integração das áreas do conhecimento; Desenvolvimento emocional e social	Citações sobre benefícios no desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social	Antónia: 'A música é uma ferramenta inclusiva, adaptável às necessidades de cada criança.'
3	Os desafios percebidos para promover a Educação Inclusiva através da Educação Musical	Principais obstáculos identificados	Falta de formação específica; Escassez de recursos; Resistência institucional	Citações que mencionam falta de materiais, apoio, e preconceitos	Augusta: 'A ausência de instrumentos dificulta a implementação.'
4	As estratégias utilizadas para promover a Educação Inclusiva através da Educação Musical	Práticas e estratégias implementadas	Personalização de atividades; Abordagem lúdica; Envolvimento da comunidade escolar	Citações sobre adaptação de atividades, colaboração entre profissionais, e práticas inclusivas	Amélia: 'A música promove um ambiente inclusivo onde todas as crianças podem colaborar.'

Consentimentos:

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____ (NOME), portador/a do CC / BI N.º _____, Educador/a ou ~~Professor/a~~ [riscar o que não interessa] _____ (Nome do Agrupamento de Escolas), declaro para os devidos efeitos que participei de forma informada numa entrevista conduzida pela professora Margarida Lopes (Expressão Musical), para a sua tese de mestrado que tem como objetivo compreender "A intervenção da Educação Musical e a Inclusão de crianças com atraso global do desenvolvimento" com crianças de Educação Pré-Escolar. Estou também ciente e autorizo que os dados recolhidos durante a entrevista sejam tratados de forma anónima no trabalho em referência.

Localidade: _____ Data: 30 / 05 / 2024

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____ (NOME), portador/a do CC / BI N.º _____
Educador/a ou Professor/a [riscar o que não interessa]
_____ (Nome do Agrupamento de Escolas),
declaro para os devidos efeitos que participei de forma informada numa entrevista
conduzida pela professora Margarida Lopes (Expressão Musical), para a sua tese de
mestrado que tem como objetivo compreender "A intervenção da Educação Musical e a
Inclusão de crianças com atraso global do desenvolvimento" com crianças de Educação
Pré-Escolar. Estou também ciente e autorizo que os dados recolhidos durante a entrevista
sejam tratados de forma anónima no trabalho em referência.

Localidade: _____ Data: 10 / 05 / 2024

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____ (NOME), portador/a do CC / BI N.º _____
_____, Educador/a ou Professor/a [riscar o que não interessa]
_____ (Nome do Agrupamento de Escolas),
declaro para os devidos efeitos que participei de forma informada numa entrevista
conduzida pela professora Margarida Lopes (Expressão Musical), para a sua tese de
mestrado que tem como objetivo compreender “A intervenção da Educação Musical e a
Inclusão de crianças com atraso global do desenvolvimento” com crianças de Educação
Pré-Escolar. Estou também ciente e autorizo que os dados recolhidos durante a entrevista
sejam tratados de forma anónima no trabalho em referência.

Localidade: _____ Data: 04 / 06 / 2024

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____ (NOME), portador/a do CC / BI N.º _____
_____, Educador/a ou Professor/a [riscar o que não interessa]
_____, me do Agrupamento de Escolas),

declaro para os devidos efeitos que participei de forma informada numa entrevista conduzida pela professora Margarida Lopes (Expressão Musical), para a sua tese de mestrado que tem como objetivo compreender "A intervenção da Educação Musical e a Inclusão de crianças com atraso global do desenvolvimento" com crianças de Educação Pré-Escolar. Estou também ciente e autorizo que os dados recolhidos durante a entrevista sejam tratados de forma anónima no trabalho em referência.

Localidade: _____ Data: 21 / 05 / 2024

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____ (NOME), portador/a do CC / BI N.º _____

Educador/a ou Professor/a [riscar o que não interessa]

_____ (Nome do Agrupamento de Escolas),

declaro para os devidos efeitos que participei de forma informada numa entrevista conduzida pela professora Margarida Lopes (Expressão Musical), para a sua tese de mestrado que tem como objetivo compreender "A intervenção da Educação Musical e a Inclusão de crianças com atraso global do desenvolvimento" com crianças de Educação Pré-Escolar. Estou também ciente e autorizo que os dados recolhidos durante a entrevista sejam tratados de forma anónima no trabalho em referência.

Localidade: _____ Data: 15/05/2024

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____ (NOME), portador/a do CC / BI N.º

1, Educador/a ou Professor/a [riscar o que não interessa]

_____ (Nome do Agrupamento de Escolas),

declaro para os devidos efeitos que participei de forma informada numa entrevista conduzida pela professora Margarida Lopes (Expressão Musical), para a sua tese de mestrado que tem como objetivo compreender "A intervenção da Educação Musical e a Inclusão de crianças com atraso global do desenvolvimento" com crianças de Educação Pré-Escolar. Estou também ciente e autorizo que os dados recolhidos durante a entrevista sejam tratados de forma anónima no trabalho em referência.

Localidade: _____ Data: 15/05/2024

